

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.182 - BA (2019/0355020-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LUIZ CESAR BARBOSA LOPES E OUTRO
ADVOGADOS : LUIZ CESAR BARBOSA LOPES - GO034850
PAULO CÉZAR BARBOSA LOPES - GO033192
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : WESLEY CAMPOS AGUIAR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de WESLEY CAMPOS AGUIAR contra decisão de indeferimento de liminar em *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça da Bahia (HC n. 8022972-46.2019.8.05.0000).

Consta dos autos que o paciente foi afastado do cargo de vereador e da função de Presidente da Câmara Municipal de Correntina/Ba, como medida diversa da prisão preventiva, aplicada por este Superior Tribunal de Justiça, no HC 449680/BA, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos artigos 89 da Lei n. 8.666/1993, nos artigos 297, 299 e 312, *caput*, do Código Penal, c/c o art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, perante a Corte de origem. A liminar, contudo, foi indeferida, nos seguintes termos (e-STJ fls. 37):

(...)

Destarte, restando evidenciada a presença dos requisitos e dois dos fundamentos do art. 312 do CPPBe, considerando que a revogação de algumas das cautelares impostas, à luz do art. 319 e seguintes do mesmo Codex, afigura-se como restrição insuficiente à hipótese dos autos, ao menos nesta fase cognitiva, entenc-sc como inviável o retomo ao cargo dc vereador do município dc Correntina/BA, sem prejuízo dc exame mais detido quando do julgamento dc mérito.

Além disso, a medida foi reavaliada em 04/10/2019, como demonstrado pelo Magistrado VICENTE REIS SANTANA FILHO, tendo, inclusive, se manifestado de forma expressa

Superior Tribunal de Justiça

acerca da decisão proferida pelo Eg. Tribunal da Cidania.

Diante do quanto exposto, considerando que constitui medida excepcional a concessão de liminar em Habeas Corpus, não restando claro e indiscutível, a ilegalidade no ato judicial impugnado, INDEFERE-SE o presente pedido de antecipação da tutela, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, em razão de não vislumbrar, ao menos neste instante, a presença dos pressupostos autorizadores da concessão.

(...)

A defesa alega, em síntese, a desnecessidade da medida cautelar de afastamento do cargo de vereador, em razão do lapso temporal ultrapassado desde a imposição da cautelar.

Ressalta, a *inexistência de elementos objetivos e concretos hábeis a justificar a perpetuação das medidas cautelares e afastamento do Paciente do cargo de vereador*, bem como a *cassação indireta do mandato do paciente* (e-STJ fl. 5)

Aduz, ainda, que a realidade fática se alterou, devido ao paciente ter deixado de exercer a presidência da Câmara Municipal de Correntina/BA.

Sustenta que *o Paciente já se encontra afastado do cargo há mais de 12 (doze) meses, portanto, 1/4 do mandato já se esvaziou em razão de decisão judicial, sendo que a perpetuação da medida demonstra nítida cassação indireta do mandato, o que não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio* (e-STJ fl. 24).

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pelo imediato retorno do paciente ao mandato de vereador.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Assim, a princípio, é necessária a manutenção das medidas cautelares diversas da prisão, em especial para a garantia da ordem pública, tendo em vista que o cargo político do paciente teria sido utilizado para a prática dos ilícitos a ele imputados. Dessa forma, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem; de fato, não se observa flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, resultando

Superior Tribunal de Justiça

incabível a presente impetração, pois não está configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, a decisão que indeferiu o pedido de revogação da medida cautelar de afastamento do cargo de vereador (e-STJ fl. 36/37):

(...)

Passando à análise do requerimento defensivo, verifica-se que dentre as medidas cautelares impostas em sede habeas corpus pelo Superior Tribunal de Justiça (fls. 1795/1797 dos autos 0335448-50.2017.8.05.0001), repita-se, consta o afastamento da função de Presidente da Câmara e do cargo de vereador do Município de Correntina/BA.

Em que pese a plausibilidade do pedido, tal cautelar foi imposta justamente pelo fato de que os supostos crimes imputados teriam sido praticados em razão da posição política que o requerente exercia, ressaltando sua liderança nas ações ilícitas, o seu prestígio político e o conhecimento das vulnerabilidades dos órgãos de controle, permitindo a ele alcançar seus intentos delitivos de modo facilitado, tudo em sede de cognição sumária.

Destarte, descabe acatar o presente pedido e suspender a cautelar imposta, já que o requerente era, segundo a denúncia, com base na prova indiciária coletada, o responsável por comandar as ações dos demais integrantes, deflagrando as licitações e realizado as contratações fraudulentas, distribuindo combustíveis e benesses e coordenando as solicitações e exigências indevidas aos demais vereadores, exercendo posição de liderança em supostos crimes que envolvem malversação de verbas públicas.

Permitir, nesse momento, que o mesmo voltasse à sua atividade legislativa e à presidência da Câmara de Vereadores, afrontaria a cautelar previamente estabelecida e colocaria em risco a ordem pública e econômica daquele município, bem como seria inconveniente à instrução criminal, em face de facilitaria o restabelecimento de sua influência política, possibilitando, dessa forma, uma possível persuasão das testemunhas arroladas na denúncia, que eram servidores públicos a ele subordinados.

Esta decisão, por óbvio, reavalia como inadequado o retorno do requerente às atividades parlamentares, sem prejuízo de eventual pedido que venha a ser endereçado ao Eg. STJ, órgão jurisdicional que efetivamente fixou essa e outras medidas

Superior Tribunal de Justiça

cautelares.

(...)

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator